Ata da 5ª Reunião Ordinária do Conselho de Consumidores da Área de Concessão da Energisa MS
Data: *22 de outubro de 2026*
Horário: *8h30*
Local: *Videoconferência*

Participantes:
Concen-MS
Rosimeire Costa - Presidente
Erivaldo Marques Pereira - Vice-Presidente e Conselheiro Residencial
Eliamar J. Oliveira - Conselheira Rural
Sebastião Dussel dos Santos - Conselheiro Industrial
Jane Inês Dietrich - Conselheira Poder Público
Jean Américo - Suplente Rural
Denise Simões - Secretária Executiva
Dian Brito - Suplente Sec. Executiva
Odirley Deotti - Assessor de Comunicação

Ata completa

Aos vinte e dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, por meio de videoconferência, realizou-se quinta (5ª) reunião ordinária do Conselho de Consumidores da Área de Concessão da Energisa Mato Grosso do Sul – Concen-MS, conduzida pela presidente, Sra. Rosimeire Cecília da Costa, com a finalidade de apreciar e deliberar sobre o Plano Anual de Atividades e Metas – PAM, além de tratar de providências administrativas e financeiras, do calendário de reuniões e de questões relacionadas à composição do Conselho para o próximo mandato. A presidente iniciou sua exposição abordando a organização das atividades de encerramento do ano, considerando os períodos de recesso das entidades representadas no colegiado e as providências necessárias para a transição aos novos conselheiros. Em seguida, apresentou as atividades previstas no plano, incluindo ações de aproximação com os consumidores, participação em encontros e debates do setor elétrico, contratação de serviços técnicos, divulgação institucional e colaboração com a Energisa Mato Grosso do Sul em campanhas de orientação aos consumidores. Entre as ações mencionadas, destacou a necessidade de ampliar a divulgação dos benefícios relacionados à Tarifa Social de Energia Elétrica, especialmente para famílias inscritas no Cadastro Único e beneficiários do Benefício de Prestação Continuada – BPC, considerando questões identificadas pelos órgãos de controle e pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Ao solicitar a palavra, o conselheiro Sebastião Dussel dos Santos apresentou considerações sobre o conteúdo e a execução do Plano Anual de Atividades e Metas, especialmente quanto ao projeto de reuniões ampliadas e itinerantes, destinado a aproximar o Concen-MS dos consumidores. Embora tenha manifestado concordância com a proposta, observou que iniciativas semelhantes constaram de planejamentos anteriores sem que fossem efetivamente realizadas na proporção esperada. Citou como exemplos de participação no interior do Estado atividades em Chapadão do Sul e Nova Alvorada do Sul, avaliando que a presença do Conselho nos municípios da área de concessão foi insuficiente durante a atual gestão. Reconheceu sua parcela de responsabilidade pela ausência de maior cobrança quanto à execução dessas ações e afirmou que o colegiado deveria ter priorizado a atuação em Mato Grosso do Sul. Defendeu que os novos conselheiros recebam orientações sobre a necessidade de transformar as atividades previstas no plano em ações concretas, com acompanhamento e cobrança de resultados.

Na sequência, Sebastião questionou a frequência de deslocamentos e participações em eventos realizados fora do Estado, manifestando preocupação com a relação entre essas atividades, os recursos utilizados e os benefícios efetivamente oferecidos aos consumidores sul-mato-grossenses. Ressaltou que a troca de experiências com outros conselhos possui importância, mas considerou necessário assegurar que o conhecimento adquirido resulte em iniciativas concretas na área de concessão da Energisa MS. Também solicitou maior clareza quanto à natureza e aos custos do apoio previsto para encontros regionais e outras atividades externas.

Ao analisar os projetos relacionados à qualidade do fornecimento de energia elétrica, Sebastião considerou genérica a previsão de medir e debater os efeitos na rede de distribuição, defendendo o estabelecimento de atividades objetivas e voltadas ao recebimento de reclamações dos consumidores e à cobrança de respostas da concessionária. Relatou problemas enfrentados pelo setor industrial em decorrência de oscilações e variações no fornecimento, que nem sempre são refletidas nos indicadores de continuidade DEC e FEC, mas podem causar interrupções em processos produtivos e prejuízos operacionais. Observou que, embora a concessionária apresente resultados compatíveis com os indicadores regulatórios mencionados, determinadas ocorrências exigem acompanhamento específico. Informou que encaminhará ao Conselho uma reclamação recebida para avaliação e providências cabíveis.

O conselheiro destacou, ainda, a necessidade de ampliar a presença do Concen-MS junto aos consumidores residenciais, segmento que, em sua avaliação, encontra maiores dificuldades para acessar canais de interlocução e obter encaminhamento de suas demandas. Explicou que os consumidores industriais contam com apoio de suas entidades representativas e com canais de atendimento específicos, enquanto grande parte dos consumidores residenciais não dispõe da mesma estrutura. Defendeu a realização de encontros nos bairros de Campo Grande e nos municípios do interior, por meio de aproximação com associações comunitárias, lideranças locais e representantes dos consumidores. Durante o debate, foi mencionada a existência de 56 associações de bairro em Campo Grande, consideradas possíveis interlocutoras para a organização dessas atividades. Sebastião propôs que o Conselho procure essas entidades, apresente suas atribuições e estabeleça formas de aproximação com a população.

Quanto às ações de divulgação, Sebastião manifestou apoio à manutenção do sítio eletrônico do Concen-MS, à publicação das contribuições apresentadas em consultas e audiências públicas e à contratação de consultoria especializada e assessoria de imprensa. Entretanto, questionou a efetividade da distribuição de materiais impressos, especialmente folders, sugerindo maior utilização de campanhas digitais e de canais de comunicação direta, como o WhatsApp, mediante cadastramento de consumidores interessados em receber informações. Voltou a enfatizar que as reuniões itinerantes previstas no planejamento precisam ser executadas e acompanhadas. Ao concluir sua manifestação, solicitou que suas considerações fossem registradas e reafirmou o desejo de apresentá-las aos novos conselheiros, reconhecendo que a atual composição poderia ter avançado mais na realização das atividades locais.

Em resposta, a presidente Rosimeire Cecília da Costa esclareceu que o planejamento expressa as ações que o Conselho pretende desenvolver e reconheceu a importância das reflexões apresentadas. Mencionou as dificuldades enfrentadas ao longo do período, relacionadas à conciliação de agendas, às condições de participação dos representantes e à necessidade de articulação com diferentes setores da concessionária. Ressaltou que as atividades precisam ser construídas coletivamente e que as limitações enfrentadas não afastam a responsabilidade de buscar melhores resultados. Esclareceu, ainda, que as contribuições encaminhadas pelo Conselho à ANEEL e a participação em consultas e audiências públicas são divulgadas no sítio eletrônico institucional, permitindo o acompanhamento das manifestações apresentadas.

A conselheira Eliamar Oliveira manifestou concordância com parte das observações de Sebastião, reconhecendo que os integrantes do Conselho tiveram quatro anos para cobrar e realizar as ações previstas nos planejamentos anteriores. Afirmou que também assumia sua parcela de responsabilidade pelas atividades não executadas. Entretanto, ponderou sobre a forma como essas considerações deveriam ser transmitidas aos novos conselheiros, recomendando cuidado para que o reconhecimento das dificuldades da gestão anterior não fosse interpretado como uma cobrança excessiva ou desmotivadora aos representantes que assumirão o próximo mandato. Observou que os novos integrantes terão diferentes condições de disponibilidade e participação, sendo necessário apresentar as experiências e dificuldades enfrentadas de maneira equilibrada, sem deixar de incentivar a execução das atividades planejadas.

Sebastião retomou a palavra e reiterou que o setor industrial possui canais de interlocução com a concessionária e que sua principal preocupação diz respeito à aproximação do Conselho com os consumidores residenciais. Defendeu novamente a realização de reuniões nos bairros e a ampliação da presença institucional junto às comunidades. Durante o diálogo, também foram discutidas as demandas decorrentes dos compromissos assumidos pela presidência em eventos e reuniões externas, ocasião em que Rosimeire prestou esclarecimentos sobre sua participação nessas atividades e ressaltou a necessidade de manter o debate voltado às atribuições e ao planejamento do Conselho.

Em seguida, o conselheiro Erivaldo, representante do grupo residencial, manifestou concordância quanto à necessidade de maior atenção aos consumidores residenciais. Observou que os segmentos industriais contam com estruturas técnicas e representativas que facilitam o encaminhamento das demandas, enquanto os consumidores residenciais, especialmente os mais vulneráveis, enfrentam maiores dificuldades. Relatou sua experiência na defesa dos direitos dos consumidores e destacou que a participação no Concen-MS proporcionou oportunidades de capacitação e conhecimento sobre o setor elétrico. Ressaltou, entretanto, que o trabalho dos representantes da sociedade civil encontra limitações relacionadas à disponibilidade de tempo, às atividades profissionais e à dificuldade de mobilização das comunidades, circunstâncias que também se verificam em outros conselhos de consumidores do País.

Erivaldo reconheceu que o Concen-MS precisa ampliar suas atividades nos municípios do interior e estabelecer maior proximidade com as comunidades. Como exemplo das demandas existentes, citou reclamação recebida de moradores de um assentamento rural em Ribas do Rio Pardo, que teriam permanecido cinco dias sem fornecimento de energia elétrica. Considerou necessário desenvolver mecanismos de interlocução capazes de fazer com que essas situações cheguem aos representantes e sejam encaminhadas aos setores responsáveis. Ao mesmo tempo, destacou que a avaliação da atuação do Conselho deve considerar os resultados alcançados, especialmente a participação frequente em consultas públicas, audiências, discussões sobre reajustes tarifários e outras matérias relacionadas aos direitos dos consumidores. Mencionou o apoio técnico prestado pelo assessor Ricardo Vidinich e afirmou que o colegiado possui reconhecimento pela participação em debates setoriais e pela atuação de sua presidente em âmbito estadual e nacional.

Ao abordar a renovação do Conselho, Erivaldo manifestou satisfação com o interesse demonstrado por instituições como a Ordem dos Advogados do Brasil e uma associação ligada a profissionais da engenharia elétrica, observando que essas entidades possuem estrutura e conhecimento que podem contribuir para a representação dos consumidores, sem antecipar o resultado do processo de escolha. Reiterou que os integrantes da atual gestão procuraram cumprir suas atribuições dentro das condições disponíveis, embora reconheça a necessidade de aprimorar a presença do Conselho no Estado. Concluiu defendendo a continuidade das ações técnicas e regulatórias já desenvolvidas, juntamente com a ampliação do diálogo com os consumidores dos municípios sul-mato-grossenses.

A conselheira Jane Ines Dietrich, do Poder Público, apresentou considerações sobre os limites institucionais da atuação do Concen-MS. Relatou sua experiência profissional na defesa individual dos consumidores e ponderou que o Conselho não pode assumir a responsabilidade de solucionar diretamente todas as reclamações recebidas, por não possuir atribuição nem estrutura para substituir os órgãos competentes. Defendeu que a aproximação com as comunidades seja acompanhada da criação de canais formais de interlocução com a concessionária, os Procons, as prefeituras e outros órgãos responsáveis pelo atendimento e pela defesa dos direitos dos consumidores. Mencionou situações envolvendo assentamentos rurais, ocupações urbanas e ligações irregulares de energia elétrica, que exigem articulação entre diferentes instituições. Ressaltou que o Conselho pode contribuir para o encaminhamento dessas questões e para a melhoria dos mecanismos de atendimento, mas não deve assumir compromissos de resolução individualizada que ultrapassem suas competências.

Após as manifestações, Rosimeire observou que a atuação do Conselho envolve tanto o acompanhamento de questões locais quanto a participação em instâncias regulatórias e institucionais, especialmente nas discussões conduzidas pela ANEEL e em debates sobre a legislação do setor elétrico. Destacou a importância de esclarecer aos consumidores a composição da tarifa e as informações disponíveis nas faturas de energia elétrica, mencionando entrevistas concedidas a veículos de comunicação, entre eles SBT e Record, e a utilização dos canais institucionais para divulgar orientações sobre direitos, consumo consciente e mecanismos de proteção tarifária. Acrescentou que o Conselho procura encaminhar demandas recebidas aos interlocutores competentes na concessionária e que a participação em debates nacionais também permite apresentar questões enfrentadas pelos consumidores de Mato Grosso do Sul.

A presidente ressaltou a continuidade das atividades relacionadas à Tarifa Social de Energia Elétrica e à identificação de famílias que, embora inscritas em programas sociais, ainda não estejam recebendo os benefícios a que possam ter direito. Observou que o Plano Anual de Atividades e Metas deve ser compreendido como um instrumento de planejamento passível de ajustes ao longo de sua execução, conforme as necessidades identificadas e a disponibilidade de recursos. Explicou que as atividades e os valores previstos precisam ser organizados para atendimento às exigências

regulatórias, sem impedir adequações posteriores.

Concluídas as manifestações, a presidente encaminhou a deliberação sobre o descritivo do Plano Anual de Atividades. A conselheira Eliamar registrou manifestação favorável pelo chat da reunião. ***O conselheiro Sebastião Dussel dos Santos declarou seu voto pela aprovação do plano, condicionando o registro de sua manifestação à inclusão, na presente ata, das considerações apresentadas durante o debate, especialmente quanto à necessidade de maior atuação do Conselho em Mato Grosso do Sul, à efetiva realização das reuniões itinerantes, à avaliação das viagens e despesas e à definição de atividades objetivas para atendimento das demandas dos consumidores. As conselheiras Eliamar e Jane Inês manifestaram voto favorável. O conselheiro Erivaldo também manifestou voto favorável, com as considerações apresentadas pelos demais integrantes do colegiado.*** Rosimeire declarou aprovado o Plano Anual de Atividades e Metas, com o registro das contribuições e ressalvas apresentadas, solicitando a Wellington, responsável pela elaboração da ata, que consignasse as manifestações realizadas durante a reunião. A presidente esclareceu que o documento poderá receber adequações posteriores, conforme o desenvolvimento das atividades e a organização dos recursos financeiros.

Na sequência, Rosimeire abordou os procedimentos relacionados à composição do Concen-MS para o mandato de 2027 a 2030. Informou que o prazo para encaminhamento dos cadastros e das informações pertinentes à ANEEL se estende até 31 de dezembro de 2026, observando que as providências relativas à homologação das instituições e à indicação dos representantes precisam ser concluídas dentro do calendário regulamentar. Esclareceu que ***o envio dos cadastros à Agência constitui atribuição da secretária executiva Denise Simões***, conforme os procedimentos estabelecidos. Também foi discutida a necessidade de organizar uma reunião para comunicação às entidades participantes e encaminhamento das etapas seguintes do processo de composição.

A secretária executiva Denise Simões solicitou a palavra para registrar dois assuntos administrativos. Inicialmente, confirmou que a reunião com a diretoria da Energisa Mato Grosso do Sul estava agendada para o dia 11 de novembro, com a participação de integrantes da alta administração da concessionária. Explicou que a agenda havia sido reservada antecipadamente em razão dos compromissos dos dirigentes, inclusive aqueles relacionados às situações climáticas enfrentadas pela empresa, e solicitou que os conselheiros confirmassem sua participação. Rosimeire informou que a data estava reservada em sua agenda e, não havendo manifestação contrária dos presentes, ficou mantida a reunião, conforme o agendamento comunicado.

Em seguida, Denise tratou da carta de transferência de recursos financeiros, lembrando que o procedimento havia passado por alterações na periodicidade de encaminhamento, até ser estabelecida a realização de duas transferências anuais. Informou que a transferência prevista para junho ainda não havia sido concluída e que a documentação permanecia pendente de assinatura havia aproximadamente três meses. Solicitou atenção especial da presidente para a regularização, de modo a permitir o encaminhamento ao setor corporativo da concessionária. Esclareceu que a carta apresentada continha o detalhamento das despesas realizadas mês a mês, de janeiro a setembro, inclusive aquelas relacionadas ao encontro promovido em agosto, que justificavam a elevação dos valores identificada por conselheiros. Rosimeire comprometeu-se a providenciar a assinatura e o encaminhamento do documento, observando a necessidade de organizar as informações financeiras para apreciação na última reunião da atual gestão, prevista para dezembro.

Denise também solicitou uma definição sobre a próxima reunião destinada às providências relativas às entidades e aos representantes do novo mandato, destacando a importância de informar a data com antecedência para permitir a organização dos participantes. Rosimeire explicou que consultaria as disponibilidades, considerando compromissos já informados por conselheiros, e mencionou as possibilidades dos dias 26 ou 30, ainda sem definição. Manifestou preferência pela realização presencial, mas admitiu a possibilidade de videoconferência caso não fosse possível reunir os participantes fisicamente. Comprometeu-se a realizar as consultas necessárias e comunicar posteriormente o encaminhamento adotado.

Ao retomar os assuntos administrativos, a presidente informou que vinha mantendo contato com o assessor técnico Ricardo Vidinich para verificar sua disponibilidade para uma agenda setorial, comprometendo-se a compartilhar com os conselheiros as possibilidades de organização da atividade.

Antes do encerramento, o suplente da secretária executiva, Dian Cleiton de Brito, solicitou esclarecimentos sobre a responsabilidade pela elaboração do relatório financeiro mencionado no início da reunião. Informou que não havia sido o responsável direto pela preparação do documento no exercício anterior e sugeriu que fosse consultado o profissional que havia realizado o trabalho, considerando sua experiência e familiaridade com os procedimentos. Colocou-se à disposição para prestar o apoio operacional necessário, de maneira semelhante à colaboração oferecida anteriormente, a fim de evitar dúvidas quanto às atribuições e à execução do serviço.

Rosimeire esclareceu que a elaboração do planejamento físico-financeiro considera os percentuais constantes da planilha de referência, a aplicação dos índices informados pela ANEEL e a disponibilidade efetiva de recursos. Explicou que havia solicitado o extrato financeiro atualizado para identificar os valores remanescentes do exercício de 2026 e utilizá-los como referência na organização do planejamento seguinte. Informou que encaminharia a documentação pertinente para apoio técnico e que o físico-financeiro seria preparado e compartilhado com os conselheiros tão logo estivesse concluído, para posterior encaminhamento pelos canais institucionais previstos.

Ao encaminhar o encerramento, a presidente agradeceu a participação dos conselheiros e dos representantes da concessionária, considerando importantes as reflexões apresentadas e o debate sobre os resultados e as dificuldades da atual gestão. Destacou que a atuação do Concen-MS compreende atividades de representação institucional, acompanhamento regulatório, participação em consultas públicas, divulgação de informações e interlocução com os consumidores, reconhecendo a necessidade de continuar aprimorando os meios de aproximação com a população. Reiterou o compromisso de socializar o planejamento físico-financeiro após sua conclusão e de dar continuidade às providências administrativas e ao calendário de reuniões. Nada mais havendo a tratar, Rosimeire Cecília da Costa declarou encerrada a reunião extraordinária, com o Plano Anual de Atividades aprovado e as considerações dos conselheiros registradas, da qual eu, para os devidos fins, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será encaminhada para assinatura dos responsáveis.

Rosimeire Cecília da Costa
Presidente do CONCEN-MS

Denise Simões
Secretária Executiva do CONCEN-MS